



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

Setor Requisitante:	Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
E-mail:	compras@borrazopolis.pr.gov.br

Descrição do Objeto:

Contratação de empresa do ramo de tecnologia da informação para prestação de serviços de cessão de uso de software para auxílio na formação e elaboração de cestas de preços das compras públicas, para atender as necessidades do Município de Borrazópolis - PR.

Data pretendida para contratação: 30 de março de 2026.

Urgência na contratação: (x) sim. () Não

Introdução:

A novel Lei de Licitações e Contratos conferiu obrigatoriedade na utilização do Documento de Formalização de Demanda (DFD) a todo processo de licitação e de contratação direta iniciado a partir da vigência da Lei n.º 14.133/2021, sendo, portanto, instrumento elementar e configurador do processo de planejamento da contratação.

Previsto nos artigos 12, inciso VII, e 72, inciso I, ambos da referida norma legal, é o documento necessário ao correto detalhamento das necessidades do órgão público através da formalização de demanda, com a definição clara dos objetivos, requisitos e critérios de seleção que subsidiarão a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

Portanto, visando evitar contratações antieconômicas geradoras de irremediável prejuízo social, destina-se a presente formalização de demanda à inicial análise de viabilidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

acerca da alternativa mais vantajosa e disponível ao Município de Borrazópolis/PR, sob a perspectiva dos caracteres financeiro, operacional e gerencial, aliados à própria necessidade de atendimento ao interesse público envolvido.

Justificativa da Necessidade:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de dotar a Administração Pública Municipal de ferramenta tecnológica adequada para subsidiar a formação, consolidação e análise de cestas de preços utilizadas nos procedimentos de compras públicas.

Considerando a relevância e a utilização contínua dos serviços objeto da presente contratação, bem como a necessidade de resguardar a Administração Pública de eventuais riscos operacionais, técnicos e jurídicos, faz-se necessária a contratação de empresa especializada no ramo de tecnologia da informação, com comprovada experiência na disponibilização de soluções voltadas à formação e elaboração de cestas de preços em compras públicas. A contratação deverá observar rigorosamente os procedimentos e os preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo conformidade legal, segurança e eficiência na execução do objeto.

A pesquisa de preços constitui etapa essencial e obrigatória para a adequada instrução dos processos licitatórios e das contratações diretas, sendo exigida por diversas disposições legais e amplamente reconhecida pela jurisprudência como elemento indispensável à validação das estimativas de valor e à prevenção de sobrepreço ou superfaturamento. Trata-se, portanto, de instrumento fundamental para a tomada de decisões administrativas e para a correta aplicação dos recursos públicos.

Na prática administrativa, a ausência de ferramentas tecnológicas adequadas para a realização das pesquisas de mercado pode resultar em morosidade na instrução dos processos, demandando elevado tempo de trabalho das equipes responsáveis e ampliando custos operacionais, sem garantia de padronização, confiabilidade e eficiência nos resultados obtidos.

A adoção de solução tecnológica especializada tende a otimizar as rotinas de pesquisa de preços, reduzir retrabalhos, conferir maior rastreabilidade às informações e proporcionar maior celeridade e precisão na formação das estimativas.

Ressalta-se, ainda, que a estimativa de preços é atividade transversal à Administração Pública, sendo necessária para a realização de contratações em diversas áreas, como saúde, educação, administração, obras, agricultura, serviços públicos, assistência social, entre outras.

A disponibilização de ferramenta tecnológica apropriada contribui para o aprimoramento da gestão das contratações em todos os setores, assegurando maior eficiência, economicidade e conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Portanto, é necessário que os responsáveis envolvidos, na fase interna da licitação ou na gestão contratual, tenham acesso a mecanismos que auxiliem na realização da pesquisa de preços, imprimindo agilidade aos procedimentos de aferição de custos com a identificação dos preços referenciais de mercado.

Tal dificuldade pode fazer com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de licitação e contratação, deixando o ente público muitas vezes dependente do retorno do pedido de cotações, o que acaba retardando o andamento do processo administrativo.

Nesse contexto, é necessário frisar que a Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021), diferentemente da legislação de 1.993, passou a elencar de forma expressa a necessidade de uso de múltiplas fontes de preço para composição da média de todos os itens (bens e serviços em geral) a serem licitados e/ou contratados, excetuando-se dessa sistemática apenas as obras e serviços de engenharia, conforme seu artigo 23, § 1º, que assim dispõe:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Observa-se que a legislação vigente prioriza a utilização de ferramentas de tecnologia da informação na formação da média de preços dos objetos a serem contratados. Depreende-se, portanto, que o legislador buscou reduzir a dependência exclusiva de cotações obtidas junto a fornecedores, com a finalidade de prevenir a ocorrência de sobrepreço nas contratações públicas. Tal conceito encontra definição expressa no art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

LVI - sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semiintegrada ou integrada;

Sobre o tema, prevê ainda a Lei supra:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

(...)

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

Desse modo, revela-se imprescindível que os agentes públicos responsáveis pela fase interna do procedimento licitatório e pela gestão contratual disponham de mecanismos e ferramentas que subsidiem a adequada realização da pesquisa de preços. Tais instrumentos devem conferir maior celeridade e eficiência aos procedimentos de apuração de custos e de identificação dos valores referenciais de mercado, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

Portanto, justifica-se a contratação ora pretendida para atender as disposições legais vigentes, assim como as exigências normativas e orientações dos órgãos de controle.

Ademais de prevenir a ocorrência de sobrepreço, a diretriz legal recentemente instituída decorre das recorrentes dificuldades enfrentadas pela Administração Pública na realização das aquisições e contratações necessárias ao atendimento do interesse público, notadamente no que se refere à adequada pesquisa de preços praticados no mercado.

Nesse contexto, busca-se não apenas coibir a fixação de valores superiores aos de mercado, mas também reduzir a incidência de itens desertos, fracassados ou com propostas



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

inexequíveis, conferindo maior eficiência, segurança e efetividade aos procedimentos licitatórios e às contratações em geral.

Ressalte-se que a realização de pesquisa de preços deficiente pode resultar tanto em contratações com valores superfaturados quanto em contratações inexequíveis, situações que, em qualquer hipótese, podem acarretar prejuízos à Administração Pública. O presente objeto, portanto, destina-se a mitigar tais riscos e a assegurar a observância dos princípios da legalidade, economicidade e eficiência nas contratações públicas.

As exigências legais atinentes à regularidade fiscal e demais condicionantes formais contribuem, entre outros fatores, para a reduzida adesão de empresas privadas ao fornecimento de orçamentos destinados à pesquisa de preços, havendo, inclusive, casos em que tais agentes condicionam a apresentação de cotações ao pagamento de taxas, o que dificulta ou inviabiliza a adequada formação do preço médio de referência.

Outrossim, os valores obtidos por meio dessas consultas nem sempre se mostram fidedignos, considerando a recorrente prática de majoração de preços quando a Administração Pública figura como potencial contratante, circunstância que compromete a confiabilidade dos parâmetros utilizados na estimativa de custos.

Assim, a contratação pretendida revela-se viável e necessária para modernizar os procedimentos administrativos, assegurar maior precisão na formação de preços referenciais e garantir a adequada condução das aquisições e contratações do Município, em consonância com os princípios da Administração Pública e com as normativas aplicáveis.

Diante do exposto, verifica-se que a contratação de empresa especializada para cessão de uso de software destinado à formação e elaboração de cestas de preços constitui medida necessária e estratégica para o fortalecimento dos procedimentos de compras públicas do município. A ferramenta tecnológica proporcionará maior padronização, confiabilidade e transparência na composição dos preços referenciais, contribuindo para a adequada instrução dos processos licitatórios e para a tomada de decisões mais seguras e fundamentadas.

Das especificações da solução

A solução a ser contratada deverá consistir em software especializado para formação, consolidação e análise de cestas de preços destinadas às compras públicas, disponibilizado em ambiente web, com acesso por meio de navegador de internet, sem necessidade de instalação local complexa, permitindo utilização simultânea por múltiplos usuários previamente autorizados pela Administração Municipal.

O sistema deverá possibilitar o cadastro de usuários com diferentes níveis de permissão, garantindo controle de acesso, rastreabilidade das ações e segurança das informações inseridas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

O software deverá permitir a realização de pesquisas de preços a partir de múltiplas fontes, tais como bases públicas oficiais, painéis de preços governamentais, atas de registro de preços, contratações similares de outros entes públicos, bem como inserção manual de cotações obtidas junto a fornecedores.

Deverá, ainda, possibilitar a consolidação dos dados coletados, a aplicação de filtros e critérios de tratamento das informações, a formação automatizada de cestas de preços e a geração de relatórios detalhados que subsidiem a definição do valor estimado das contratações, em conformidade com a legislação e com as boas práticas administrativas.

A ferramenta deverá contemplar funcionalidades que permitam a organização dos processos por unidade administrativa, objeto ou modalidade de contratação, bem como o armazenamento histórico das pesquisas realizadas, garantindo a integridade e a recuperação das informações sempre que necessário. Deverá oferecer, também, mecanismos de exportação de relatórios e documentos em formatos compatíveis com editores de texto e planilhas eletrônicas, a fim de facilitar a instrução processual e a juntada aos autos administrativos.

Deverá, ainda, assegurar a manutenção evolutiva da solução, com vistas à continuidade e à qualidade dos serviços prestados.

A estimativa de quantidades contempla a disponibilização de licenças de uso suficientes para atender os setores responsáveis pelo planejamento, instrução e análise das contratações públicas do Município, considerando o número de servidores que atuarão diretamente na formação das cestas de preços.

Inclui-se, também, a previsão de acesso simultâneo por usuários autorizados, armazenamento adequado das informações geradas e suporte técnico durante toda a vigência contratual. A definição quantitativa foi realizada com base na demanda média de processos de compras e contratações do Município, podendo ser ajustada conforme a necessidade administrativa, desde que respeitados os limites estabelecidos no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

Item	Descrição	Unid.	Quant.
01	Prestação de serviços de cessão de uso de software especializado para apoio na formação e elaboração de cestas de preços das compras públicas municipais, em conformidade com o art. 23 da Lei n.º 14.133/2021, e de acordo com as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.	Mês	12
02	Prestação de serviços de implantação, configuração inicial e treinamento de servidores responsáveis pelo uso do software, garantindo plena utilização da ferramenta em conformidade com as condições e especificações previstas no Termo de Referência.	Unid.	01



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Fonte de Recurso:

Recurso: ☒ Municipal ☐ Recurso Estadual ☐ Recurso Federal

Categoria Econômica: ☒ Corrente/Custeio ☐ Capital/Investimento

<u>Reduz.</u>	<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>
40	03.005.04.122.0021.2.099.3.3.90.39.00.00.	1000
77	03.006.04.122.0021.2.056.3.3.90.40.00.00.	1000
78	03.006.04.122.0021.2.056.3.3.90.40.00.00.	1045

Especificações e Termos Gerais:

Definição da natureza do objeto:

Os serviços que serão contratados têm natureza comum, haja vista que os padrões mínimos de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

A solução adotada trata-se de objeto comum, pois:

- i.) é(são) encontrado(s) e praticado(s) no mercado sem maiores dificuldades;
- ii.) é(são) ordinário(s), sem peculiaridades ou características especiais; e
- iii.) é(são) apresentado(s) com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente.

Regime de execução:

Tendo em vista a necessidade dos serviços contratados, a execução será prestada de forma imediata.

Definição da natureza de execução:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

A execução do objeto deste procedimento é considerada de natureza continuada, nos termos do inciso XVI do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133/2021, uma vez que atende à necessidade baseada na demanda e perfil de atendimento dos usuários da Unidade Requisitante decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, realizados conforme a necessidade.

Valor Máximo:

O valor global da licitação não poderá ultrapassar **R\$ 24.711,71 (vinte e quatro mil, setecentos e onze reais e setenta e um centavos)**, compreendendo os fornecimentos, serviços, fretes, encargos sociais e responsabilidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

Do prazo início da execução:

A contratada deverá iniciar a executar os serviços no prazo máximo de **07 (sete) dias úteis**, contados a partir da solicitação de despesa ou nota de empenho.

Prazo de Vigência:

O prazo de vigência da contratação será 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura, na forma do art. 105 da Lei n.º 14.133/2021, prorrogável na forma do art. 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

Forma de Pagamento:

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Os prazos serão limitados a:

10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;

20 (vinte dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

Fiscalização:

Fiscal indicado: Deivair José de Brito.
Fiscal substituto: Christian Teodoro Turek Machado.
Gestor indicado: Josiane Aparecida dos Santos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Gestor substituto: Clever Haian Becalhi Trida.

Portaria n.º 15, de 02 de fevereiro de 2026.

Contratações Anteriores:

☒ Sim

☐ Não

Observações da contratação anterior que possam auxiliar os Estudos Técnicos:
Inexigibilidade n.º 004/2023.

Regime Licitatório adotado:

Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, chamada Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLC) e legislação correlata c/c Decreto Municipal n.º 026/2025.

Encaminhamento para a Autoridade Competente:

Em conformidade com a legislação aplicável, encaminho a presente Solicitação de Demanda à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Borrazópolis/PR, 18 de fevereiro de 2026.

Josiane Aparecida dos Santos
Secretária Municipal de Administração e Finanças